

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os trabalhadores da CP e da IP e empresas afiliadas estão em greve neste dia 8 de outubro, numa jornada de luta por melhores salários e condições de trabalho. Estivemos presentes na Estação do Rossio, em Lisboa, no arranque desta greve, em contacto com os trabalhadores e os seus sindicatos.

Tomámos conhecimento que, face às justas reivindicações dos trabalhadores ferroviários, continua a não haver respostas concretas do Governo. Conforme nos foi transmitido, os trabalhadores deste sector não compreendem que, perante o seu empenho diário e o enorme esforço que está a ser feito, num contexto de medidas de recuperação de material circulante, em que se poupam milhões de euros ao erário público, não haja uma pequena parcela desses milhões para valorizar os salários de quem trabalha.

Sendo esta a questão essencial que deveria oportunamente ter tido resposta do Governo (desde logo para que não se chegasse a este ponto), há, todavia, uma situação que testemunhámos nesta jornada, e que resulta da forma como nomeadamente a gestão da CP está a lidar com esta greve.

Os utentes do transporte ferroviário estão a ser profundamente desrespeitados e desprezados pela empresa, numa situação que deveria ser evitada e que assume um cariz até provocatório: a falta de informação aos passageiros; a indicação às bilheteiras (a poucas horas da greve) para vender passagens sem dar conhecimento da greve e das previsíveis supressões; até mesmo a colocação de material circulante, aparentemente pronto para iniciar a sua marcha, permitindo o embarque dos passageiros... para logo a seguir lhes ser dada ordem de desembarque por uma supressão de “última hora”, partindo de seguida em direção a Sintra para realizar um comboio em serviços mínimos – estas situações resultam, não da grande participação dos trabalhadores na luta, mas sim de decisões inaceitáveis da hierarquia da empresa CP.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos da alínea d) do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, questionamos o seguinte:

1. Que medidas vai o Governo tomar para dar resposta concreta às justas reivindicações dos trabalhadores da CP e da IP nesta sua luta por melhores salários?
2. Como explica o Governo estas situações que estão a ser verificadas nas estações, com esta falta de respeito pelos trabalhadores e utentes do transporte ferroviário?
3. Que conhecimento tem o Governo, e que intervenção será desenvolvida para que não se permitam estas ações provocatórias e indignas da hierarquia da CP?

Palácio de São Bento, 8 de outubro de 2021

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)